

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,

Baseada em documentos credíveis e rigorosos, a Conta da Região de 2015 demonstra a clara determinação e enorme vontade política do Governo Regional na melhoria da qualidade da informação orçamental e financeira.

Como considerou oportuno salientar o Tribunal de Contas, no âmbito da elaboração do seu Parecer, o Governo Regional e as diversas entidades da Administração Pública continuam a evidenciar uma boa colaboração em todo o processo de prestação de contas.

Como também considerou o Tribunal de Contas, **esta é uma Conta sem mácula**, ao contrário do que acontece com a Conta Geral do Estado [ou mesmo com a Conta dos Açores] de 2015, **a(s) qual(is) obtiveram um parecer com 12 [22] reservas e 10 [14] ênfases** [no seu conjunto, não sendo uma muito melhor do que a outra].

[RAA: 10 reservas + 4 ênfases; CGE: 12 reservas + 10 ênfases]

Não há dúvida, portanto, sobre a transparência, o rigor e a credibilidade das nossas contas públicas, o que posiciona a Região a léguas de outras entidades públicas, que hoje, como sempre, são os referenciais da boa governação dos dinheiros públicos para alguns Partidos da Oposição aqui representados.

Não encontramos no parecer do Tribunal de Contas qualquer referência a expressões como “omissão de encargos”, “impossibilidade de certificar” ou “informação não fidedigna”, como encontramos noutras contas de entidades públicas tidas como muito respeitáveis.

Por isso reitero que a Região Autónoma da Madeira é hoje uma referência no que se refere à fiabilidade da informação e à transparência das contas públicas, situação que nos deve orgulhar a todos.

E ainda que existam algumas recomendações que o Tribunal reitera – algumas, aliás, já ultrapassadas em exercícios orçamentais subsequentes –, congratulamo-nos com a eliminação de observações de

anos anteriores e a resolução definitiva de desconformidades há muito diagnosticadas, que apesar de nunca terem configurado qualquer reserva ou ênfase, mereceram sempre a nossa melhor atenção.

Sobretudo, evidencia-se o facto inédito de a apreciação da Conta de 2015 não ter suscitado ao Tribunal de Contas nenhuma nova recomendação.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Neste momento em que se encerra a discussão da conta da Região de 2015 e em que se avalia como foram cumpridas as metas, as prioridades e as políticas aprovadas por esta Assembleia aquando da votação do Orçamento Regional para esse ano, não posso deixar de sublinhar também que a Conta de 2015 torna clara que quer a execução da receita, quer a execução da despesa, estão de acordo com os padrões orçamentados e confirma que a Região cumpriu os compromissos orçamentais que tinha estabelecido.

E este resultado dá-nos credibilidade e confiança. Dá-nos a certeza de que continuaremos a ganhar o futuro, com uma Região mais competitiva, com mais qualidade de vida e com mais justiça social.

Naquele que foi o primeiro ano de administração do XII Governo Regional, outro dos aspetos importantes da Conta, é o facto de termos conseguido obter resultados na execução orçamental **que nos permitiram abater 365 milhões de euros à nossa dívida global.**

O equilíbrio das contas públicas permitiu ainda o financiamento autónomo da Região, bem como a dinamização de medidas de proteção social às famílias e de estímulo às empresas.

Desta forma, e tal como tinha assumido politicamente, o Governo Regional canalizou todas as folgas alcançadas no processo orçamental para promover medidas conducentes ao aumento do rendimento das famílias.

Recordo, aqui, a afetação de mais de 720 milhões de euros para as áreas da saúde e da educação, indispensável para o bem-estar dos cidadãos e condição para o desenvolvimento da nossa Região.

Por outro lado, a boa gestão das contas públicas permitiu que logo no início de 2016 tivéssemos dado início à concretização do compromisso de baixar impostos e de devolver rendimentos às famílias, por via da redução do IRS, do ISP e do IVA da restauração, da reposição do subsídio de insularidade para os funcionários públicos da Madeira e do Porto Santo e da reposição salarial na função pública, beneficiando milhares de famílias Madeirenses e Portossantenses.

Concluo reiterando que a Conta da Região de 2015 deu expressão aos compromissos que assumimos perante a população nesse ano e que prosseguiremos com a mesma atitude responsável de disciplina das contas públicas, porque este é o caminho certo rumo ao crescimento, à criação de emprego e de oportunidades para todos.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 18 de maio de 2015.